

ANEXO 1A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – PROJETO SANEAMENTO RIO GRANDE DO SUL

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de **SERVIÇOS TÉCNICOS** especializados para a estruturação de **PROJETO** de **CONCESSÃO** para a **UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO** dos **MUNICÍPIOS** não operados pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) no Estado do Rio Grande do Sul.
- 1.2. O **PROJETO** deverá contemplar, adicionalmente, solução para a integração dos **MUNICÍPIOS** por meio da **REGIONALIZAÇÃO**, criando blocos, ou bloco único, com **MUNICÍPIOS** superavitários e deficitários, garantindo o equilíbrio da **CONCESSÃO**.
- 1.3. No âmbito da execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, as **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** executarão um conjunto amplo de atividades com vistas à elaboração de **PRODUTOS** e à prestação dos **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS** para: (i) definição do **MODELO DE NEGÓCIOS** mais adequado para a estruturação do **PROJETO**; e (ii) o sucesso no processo licitatório e contratação do **PROJETO**.
- 1.4. O **MODELO DE NEGÓCIOS** do **PROJETO** será viabilizado a partir da delegação dos **SERVIÇOS** por meio de um ou mais contratos de **CONCESSÃO** ou **PPP**, podendo contemplar em seu escopo, conforme resultado da execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS** pelas **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** e das decisões e premissas definidas e comunicadas pelo **ESTADO** ao **FDIRS**:
 - 1.4.1. A delegação de **SERVIÇOS** prestados em quantitativo de **MUNICÍPIOS** menor do que o quantitativo total estudado no âmbito do **PROJETO**;
 - 1.4.2. Alocação dos **MUNICÍPIOS** em diferentes lotes para **CONCESSÃO** ou **PPP**;
- 1.5. O **PROJETO** deverá considerar os 176 municípios indicados no **ANEXO 2 - LISTA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS PARA PROJETO**. O município de Porto Alegre (não constante na lista) deverá ser incluído na análise de regionalização, caso definido pelo **ESTADO**.
- 1.6. O escopo dos **SERVIÇOS TÉCNICOS** considera **MARCOS** que contemplam a entrega dos **PRODUTOS E SERVIÇOS**, conforme segue:
 - 1.6.1. **MARCO 1 - MODELAGEM DO PROJETO**: Esta etapa envolve a elaboração de um modelo detalhado que define o escopo, as especificações técnicas, os aspectos financeiros e operacionais do **PROJETO**. A modelagem também deve contemplar a estrutura de governança, identificar e avaliar os riscos, e estabelecer estratégias de mitigação, assegurando que o **PROJETO** seja viável e alinhado com os

objetivos de longo prazo da concessão.

1.6.2. MARCO 2 – VALIDAÇÃO EXTERNA: A validação externa é o processo de engajar stakeholders externos, como a comunidade, órgãos reguladores e de controle, para revisar e contribuir para o **PROJETO**. Esta etapa inclui consulta pública, audiência pública, Road shows e outras interações para coletar feedback e garantir transparência e aceitação social, bem como a obtenção de aprovações legislativas e regulatórias necessárias para avançar com o **PROJETO**.

1.6.3. MARCO 3 – LICITAÇÃO: Esta etapa é referente ao procedimento competitivo que seleciona o concessionário com base em critérios predefinidos, como capacidade técnica, financeira e a melhor oferta de serviço.

1.6.4. MARCO 4 – ASSINATURA DO CONTRATO: Após a seleção do concessionário via procedimento licitatório, a assinatura do contrato formaliza a parceria entre o Poder Concedente e o Concessionário. O contrato estabelece os termos e condições da concessão, incluindo obrigações, metas de desempenho, prazos, mecanismos de fiscalização e acompanhamento, e as penalidades em caso de descumprimento.

1.6.5. O escopo dos **SERVIÇOS TÉCNICOS** abrange a possibilidade de divisão do **PROJETO** em lotes para realização de mais de uma **LICITAÇÃO**, de forma concomitante ou sucessiva, caso em que deverão ser executados todos os **SERVIÇOS TÉCNICOS** para cada lote.

1.6.6. No caso de o **PROJETO** ser dividido em lotes será devido o valor proporcional dos **PRODUTOS** para cada lote definido no **PROJETO**, de acordo com suas especificações técnicas, de modo que o valor total dos **PRODUTOS** não seja alterado.

1.6.7. Os produtos e demais documentos elaborados serão submetidos à análise, revisão e validação, da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** que fará o **PMO**.

1.6.8. Os produtos e demais documentos elaborados serão submetidos à análise da **ADMINISTRADORA DO FDIRS**, seguindo às diretrizes do estatuto e políticas.

1.6.9. Os **MARCOS** e entregas dos **PRODUTOS** deverão atender os prazos estipulados no cronograma previsto neste Anexo ou revisão previamente aprovada pela **ADMINISTRADORA DO FDIRS**.

1.7. Anexos deste documento:

Anexo 1 – Tabela de Produtos

Anexo 2 – Lista de Municípios Contemplados para o Projeto

2. GLOSSÁRIO

- 2.1. **ANA:** Agência Nacional de Águas e Saneamento.
- 2.2. **B3:** B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do **LEILÃO**, incluindo a análise de documentos necessários à habilitação das proponentes.
- 2.3. **BLOCO:** Unidade geográfica que agrupa o conjunto de **MUNICÍPIOS** ou áreas que serão abrangidas pela **CONCESSÃO** dos serviços de água e esgoto.
- 2.4. **FDIRS:** Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável.
- 2.5. **ENTE DEMANDANTE:** União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluindo consórcios públicos, responsáveis, por força da legislação ou de contrato, pelo pagamento ao **FDIRS** da remuneração pela estruturação do **PROJETO** e pelo ressarcimento dos gastos efetuados com as contratações decorrentes dos processos seletivos regulados pela Política de Seleção de Projetos e Instituições Estruturadoras.
- 2.6. **CONCESSÃO:** Estruturação da Concessão para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos **MUNICÍPIOS** não operados pela **CORSAN** na rede estadual do Rio Grande do Sul por um parceiro privado, respectivamente, no âmbito de uma **CONCESSÃO** ou **PPP**, com seu prazo determinado por um **CONTRATO DE CONCESSÃO**, decorrente do resultado de um **LEILÃO**.
- 2.7. **CONCESSIONÁRIO:** é a sociedade de propósito específico a ser criada pela pessoa jurídica ou o consórcio de pessoas jurídicas que, ao se sagrar vencedor do **LEILÃO**, será o responsável pela **CONCESSÃO**, nos termos, prazos e condições estabelecidas na minuta do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.
- 2.8. **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA:** é a pessoa jurídica ou o consórcio de pessoas jurídicas **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** para a execução dos **ESTUDOS TÉCNICOS**.
- 2.9. **CONTRATO:** é o contrato de prestação dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, celebrado entre o **FDIRS** e a **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**, incluindo seus anexos.
- 2.10. **CONTRATO DE CONCESSÃO:** contrato a ser celebrado entre o **ESTADO** e o **CONCESSIONÁRIO** com o objetivo de regular as condições contratuais da **CONCESSÃO**, após a realização do **LEILÃO**.
- 2.11. **CORSAN:** Companhia Riograndense de Saneamento
- 2.12. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** o presente documento, descritivo do objeto do **CONTRATO**, que contém o escopo e o detalhamento dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**.

- 2.13. ESTADO:** Estado do Rio Grande do Sul
- 2.14. FERRAMENTA VIRTUAL DE COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS ou FERRAMENTA VIRTUAL DE COMPARTILHAMENTO:** local virtual onde são disponibilizados e arquivados os documentos, dados, relatórios, acessos a sistemas e qualquer outro tipo de informação sobre o **PROJETO** entre a **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** e o **FDIRS**.
- 2.15. INVESTIDOR:** pessoa jurídica interessada em participar do processo de **LEILÃO**.
- 2.16. KICK-OFF:** reunião de abertura do **PROJETO** com a participação de representantes da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**, do **FDIRS**, da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** e do **ESTADO**.
- 2.17. LEILÃO:** conjunto de procedimentos licitatórios necessários para a contratação de uma ou mais **CONCESSÕES**
- 2.18. MODELO DE NEGÓCIOS:** é o arranjo jurídico-institucional por meio do qual os **SERVIÇOS** poderão ser prestados aos usuários, o qual adotará prioritariamente o formato contratual de concessão comum, nos termos da Lei federal n. 8.987, de 13 de julho de 1995, ou o formato de PPP a partir das análises econômico-financeiras.
- 2.19. MUNICÍPIOS:** 176 municípios não operados pela **CORSAN**, listados no Anexo II.
- 2.20. PRODUTO:** relatórios, documentos, pareceres ou apresentações, entre outros, a serem entregues ao **FDIRS**, conforme detalhamento constante nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.
- 2.21. PROJETO:** modelagem do empreendimento pela **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** com base na realização dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, no âmbito das **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, e que será concluído com a assinatura do(s) **CONTRATO(S) DE CONCESSÃO**.
- 2.22. RFP (*Request for Proposal*) ou Solicitação de Propostas:** processo competitivo para a contratação dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**.
- 2.23. PPP:** Parceria Público-Privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, regido pela Lei 11.079.
- 2.24. ROADSHOW:** é a apresentação do **PROJETO** e/ou de elementos do modelo de negócios para potenciais **INVESTIDORES**, podendo cada rodada contemplar mais de uma localidade.
- 2.25. SALA DE INFORMAÇÕES:** local virtual e/ou físico onde são disponibilizados documentos, dados, relatórios, acessos a sistemas e qualquer outro tipo de informação sobre o **PROJETO** aos **INVESTIDORES**.
- 2.26. SERVIÇOS:** são os **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** e **SERVIÇOS**

OPERACIONAIS, prestados nas áreas urbanas e rurais dos **MUNICÍPIOS**, que constituem escopo do **PROJETO** a ser modelado pelo **FDIRS**;

- 2.27. SERVIÇOS OPERACIONAIS:** gestão das obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, gestão do parque de hidrômetros; retirada de fraudes e irregularidades (tais como ligações clandestinas, irregularidades no hidrômetro, violação de ligações cortadas, violação do lacre do medidor e desvio de água antes do hidrômetro), manutenção e ampliação da infraestrutura existente de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, gestão das respectivas obras e gestão comercial;
- 2.28. SERVIÇOS DE SANEAMENTO:** serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos termos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, considerando as alterações veiculadas pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e demais normativos aplicáveis;
- 2.29. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:** são os serviços de assessoria, de natureza jurídica ou não, prestados pelo **CONTRATADO** ao longo da execução do **CONTRATO**, conforme definido nestas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.
- 2.30. SERVIÇOS TÉCNICOS:** conjunto amplo de atividades relacionadas à estruturação do **PROJETO**, a ser prestado pelo **CONTRATADO** ao **FDIRS**, incluindo-se a elaboração de todos os **PRODUTOS** e prestação dos **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**, conforme detalhado nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.
- 2.31. STAKEHOLDERS:** pessoas, grupos e instituições afetados ou interessados pela implantação do **PROJETO**.
- 2.32. TERMO DE RECEBIMENTO DE PRODUTO/ SERVIÇO/ ETAPA:** documento emitido pelo **FDIRS** que atesta a adequação de todos os **PRODUTOS** e **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS** e formaliza seu recebimento definitivo.
- 2.33. TRIBUNAIS DE CONTAS:** são o Tribunal de Contas da União (TCU) e os Tribunais de Contas dos **ESTADOS** e **MUNICÍPIOS**, no âmbito de suas respectivas competências, para a fiscalização e acompanhamento de atos relativos à contratação e execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS** e do **PROJETO**.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS

3.1. SERVIÇOS TÉCNICOS

3.1.1. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** contratadas responderão perante o **ENTE DEMANDANTE**, **FDIRS** e cotistas, pelos seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao estatuto ou regulamentação aplicável.

3.1.2. Os **SERVIÇOS TÉCNICOS** e **PRODUTOS** são listados a este documento e detalhados conforme suas especificações.

3.1.3. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** a serem contratadas deverão promover a gestão integrada do **PROJETO**, tendo como ponto focal o líder do consórcio, alinhado ao escopo de sua especialidade, garantindo a qualidade e consistência de todos os **PRODUTOS** do **PROJETO**.

3.1.4. O desenvolvimento dos **SERVIÇOS TÉCNICOS** deverá se utilizar de fontes oficiais de informação, dados e informações disponibilizadas pelo **ENTE DEMANDANTE**, além de pesquisa e coleta de dados diretamente pelas **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**, incluindo visitas técnicas *in loco*.

3.1.5. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** serão responsáveis pela coleta das informações e documentos necessários à prestação dos **SERVIÇOS**, incluindo realização de visitas *in loco* às instalações do **ENTE DEMANDANTE** e de localização do **PROJETO**.

3.1.6. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** deverão prever, em seu cronograma de atividades, agendas presenciais recorrentes onde os ativos objeto da concessão estão localizados. A primeira reunião deve contar, minimamente, com os participantes diretos das equipes que realizarão os estudos do **PROJETO**. As datas das visitas serão previamente acordadas entre a **GESTORA DO FDIRS**, **ENTE DEMANDANTE**, **PMO** e **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**, a depender da necessidade. As reuniões deverão ser programadas com antecedência mínima de 15 dias.

3.1.7. Os dados e informações coletados deverão ser armazenados com segurança de modo a garantir que não haja vazamento e compartilhamento indevido de informações, excetuando-se aquelas que forem de cunho público.

3.1.8. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** deverão se utilizar das melhores práticas do mercado para o desenvolvimento do **PROJETO**, em suas respectivas especialidades assumidas.

3.2. São obrigações de todas as **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** como papel fundamental do seu desempenho no **PROJETO**:

3.2.1. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem participar em todas as

etapas do **PROJETO** necessárias ao seu sucesso, incluindo participação em atividades de validação externa, como suporte na Consulta Pública, Audiência Pública e roadshows, além de assessoria técnica nos escopos sob responsabilidade de cada **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**.

3.2.2. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem participar de reuniões, vídeo conferências ou conferências telefônicas, conforme demanda do **ENTE DEMANDANTE**, da **GESTORA DO FDIRS** ou do **PMO**.

3.2.3. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** são responsáveis pela preparação dos materiais de apoio necessários, como apresentações, relatórios, pareceres, notas técnicas e outros documentos. Esses materiais devem ser elaborados com clareza, objetividade e dentro dos prazos estabelecidos, de forma a facilitar a compreensão e a tomada de decisões pelos envolvidos no **PROJETO**.

3.2.4. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem atuar de forma integrada com as demais empresas envolvidas no **PROJETO**. Isso inclui a coordenação de atividades, alinhamento de objetivos e compartilhamento de informações relevantes, visando a sinergia e a eficiência na execução do **PROJETO**.

3.2.5. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem manter uma comunicação eficiente e contínua com todas as partes envolvidas no **PROJETO**. Isso inclui a resposta rápida a dúvidas e solicitações, bem como a proatividade na comunicação de informações relevantes e atualizações sobre o andamento do **PROJETO**. Atas de reunião, comunicação por correio eletrônico, serviço de mensagens por celular, entre outros, poderão ser utilizados desde que devidamente documentados.

3.2.6. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega dos PRODUTOS, outros documentos, participação em reuniões e execução de atividades.

3.2.7. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem manter a confidencialidade de todas as informações e documentos relacionados ao **PROJETO**, não os divulgando a terceiros sem a devida autorização do **ENTE DEMANDANTE** ou da **GESTORA DO FDIRS**.

3.2.8. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem identificar, avaliar e gerenciar os riscos associados ao **PROJETO** no escopo sob sua responsabilidade.

3.2.9. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem buscar continuamente a inovação e a melhoria dos processos e metodologias utilizadas na estruturação do **PROJETO**.

3.2.10. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** devem garantir a conformidade com todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis ao **PROJETO**. Isso

inclui a observância de requisitos legais, regulatórios e contratuais, bem como a adoção de práticas de compliance e governança corporativa.

3.3. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** podem subcontratar terceiros para a execução de partes específicas do **PROJETO**, desde que previamente aprovados pela **GESTORA DO FDIRS**. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deve garantir que os subcontratados possuam as qualificações necessárias e cumpram todas as obrigações estabelecidas neste Anexo. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** permanece integralmente responsável pela qualidade, prazos e conformidade dos serviços prestados pelos subcontratados, bem como pela gestão e supervisão das atividades subcontratadas.

3.4. Os **SERVIÇOS TÉCNICOS** no âmbito do **FDIRS**, são segregados entre: (i) **GESTÃO DO PROJETO (PMO)**; (ii) **ECONÔMICO-FINANCEIRO**; (iii) **JURÍDICO**; e (iv) **TÉCNICO-ENGENHARIA**.

3.4.1. As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** deverão elaborar um **PLANO DE TRABALHO**, compatível com o **CRONOGRAMA** indicado neste Anexo. Fica sob responsabilidade da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** que fará o **PMO** a consolidação e apresentação do **PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO**, bem como a interlocução com a **GESTORA DO FDIRS**, não dispensando a interação e fornecimento de informações pelas demais **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS** que darão subsídios ao **PLANO DE TRABALHO**.

3.4.2. Deverão ser realizadas **REUNIÕES ORDINÁRIAS** periódicas, definidas pelo **PMO** em conjunto com a **GESTORA DO FDIRS**, para o acompanhamento e controle do desenvolvimento do **PROJETO**, podendo o **ENTE DEMANDANTE** participar das referidas reuniões, ou serem agendadas reuniões específicas com participação do **ENTE DEMANDANTE**.

3.5. **REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS** poderão ser realizadas, desde que alinhadas previamente e explícito o motivo pelo qual se faz necessária, sendo motivada principalmente por motivos e ações urgentes que não poderão esperar até a próxima reunião ordinária.

3.5.1. Exemplificativamente, podem ensejar a realização de **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** a necessidade de deliberar sobre: (i) crises ou emergências; (ii) questões financeiras urgentes, revisão de orçamento; (iii) mudanças regulatórias ou legais, como a implementação de novas leis ou regulamentos e litígios; (iv) decisões estratégicas; (v) questões de governança, como conflitos de interesse; (vi) problemas com stakeholders, como reclamações dos entes demandantes; (vii) desempenho operacional, como metas não atingidas; (viii) segurança e compliance, como incidentes de segurança ou resultados de auditorias que indicam a necessidade de ações corretivas urgentes; e (ix) outras situações relevantes apontadas

pelo **PMO** ou **GESTORA DO FDIRS**.

- 3.6.** As **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**, ao final de cada **MARCO**, deverão apoiar a **GESTORA DO FDIRS** quanto à continuidade e eventuais ajustes nos **PRODUTOS** do **PROJETO**.
- 3.7.** A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá promover o serviço contínuo de assessoria ao longo de toda a execução do contrato e que seja pertinente para a estruturação, para o processo licitatório e para a contratação do **PROJETO**, nos temas de aspectos sob seu escopo de atuação, incluindo o desenvolvimento dos **PRODUTOS** e estudos que embasarão a modelagem do **PROJETO**.

4. PRODUTOS

4.1. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INICIAL PARA REGIONALIZAÇÃO

- 4.1.1. O Relatório de Avaliação Inicial para Regionalização, com emissão de relatório, deverá ser elaborada com o objetivo de identificar e caracterizar a modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região que compõem os **176 MUNICÍPIOS** que integrarão o **PROJETO** no **ESTADO**, caso definido pelo **ESTADO** que o município de Porto Alegre fará parte do estudo de regionalização, serão considerados 177 municípios.
- 4.1.2. Este relatório deverá indicar a forma de organização, conforme os preceitos delimitados na Lei Federal no 14.026/2020.
- 4.1.3. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá avaliar os arranjos já instituídos pelo **ESTADO**, bem como as leis aprovadas em assembleia legislativa, e apresentar de forma conclusiva a viabilidade técnica/engenharia e econômico-financeira do atual arranjo.
- 4.1.4. A viabilidade será constatada mediante avaliação das condições atuais de cada **MUNICÍPIO**. Deverá ser proposto um plano de atuação, acerca do arranjo atual, caso indique viabilidade, ou nova modalidade de prestação integrada por meio de um novo arranjo regional, caso o atual seja inviável.
- 4.1.5. Em ambos os cenários de prestação regionalizada, deverão ser elaboradas as minutas de instrumentos jurídicos necessárias para implementação do modelo, a serem elaborados pelas **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**.
- 4.1.6. Adicionalmente, o modelo deverá apresentar cenários comparativos de alternativas de regionalização, ganho de eficiência operacional, ganhos de escala nos investimentos e compatibilização dos municípios de menor porte.
- 4.1.7. A viabilidade do modelo de prestação regionalizada deverá apresentar os resultados dos **MUNICÍPIOS** de forma segregada, ao longo do período de concessão, a partir da elaboração de modelo econômico-financeiro preliminar, que projete as receitas, custos e despesas operacionais, investimentos e principais resultados obtidos durante as análises.
- 4.1.8. Deverão ainda ser consideradas no **PRODUTO** as dificuldades e justificativas da construção dos blocos regionais, tendo em vista a potencialidade de **MUNICÍPIOS** com condições precárias de saneamento.

4.2. RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO JURÍDICO

- 4.2.1. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá elaborar e apresentar o Relatório de Diagnóstico Jurídico sobre o **PROJETO**, contendo:

- 4.2.1.1. identificação da legislação, municipal, estadual e federal, que rege as atividades e a prestação dos **SERVIÇOS** nos **MUNICÍPIOS**, inclusive normativos editados pelos entes que desempenham funções de regulação setorial e ambiental, identificando regras vigentes nas esferas municipal, estadual e federal que representem riscos ou comprometam a viabilidade jurídica do **PROJETO**.
- 4.2.1.2. análise dos documentos relativos aos vínculos jurídicos que lastreiam a prestação dos **SERVIÇOS** pelos prestadores locais nos **MUNICÍPIOS**, e identificação dos ajustes, correções e alterações necessários nos documentos analisados com vistas à implantação do **PROJETO** ou mitigação de riscos mapeados nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, compreendendo:
- 4.2.1.2.1. documentos de gestão associada (leis autorizativas, convênios de cooperação e contratos de programa);
- 4.2.1.2.2. contratos de concessão;
- 4.2.1.2.3. normas e atos tratando da constituição e implementação da estrutura de governança interfederativa em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- 4.2.1.2.4. normas e atos regulatórios emanados da(s) agência(s) reguladora(s) ou de órgão competente pertinentes à modelagem do **PROJETO**;
- 4.2.1.2.5. outros ajustes jurídicos que materialmente possam ser enquadrados nas categorias anteriores ou que se mostrem relevantes para a viabilização jurídico-institucional do **PROJETO**; e
- 4.2.1.2.6. principais disposições constantes das legislações estadual e municipais, notadamente da Constituição Estadual e Leis Orgânicas Municipais, que disponham sobre a prestação dos **SERVIÇOS** nos **MUNICÍPIOS**.
- 4.2.1.3. análise de contratos existentes, tendo por objeto a prestação dos **SERVIÇOS** nos **MUNICÍPIOS**, que tenham sido celebrados ou não, visando identificar sobreposições de escopos e obrigações e, eventualmente, a necessidade de liberação de garantias oferecidas contratualmente, compreendendo, se existentes, os seguintes contratos:
- 4.2.1.3.1. parcerias público-privadas;
- 4.2.1.3.2. subconcessões;
- 4.2.1.3.3. subdelegações;
- 4.2.1.3.4. locação de ativos;
- 4.2.1.3.5. outros ajustes jurídicos que materialmente possam ser enquadrados nas categorias anteriores ou que se mostrem relevantes para a viabilização jurídico-institucional do **PROJETO**.

- 4.2.1.4.** análise de contratos e outros instrumentos jurídicos celebrados pelo **ESTADO** ou **MUNICÍPIOS** que tenham por objeto operações de financiamento ou de repasse de recursos não onerosos, com vistas a obtenção de funding para a realização de investimentos relativos à prestação dos **SERVIÇOS**, visando a identificar as características, tipologias, garantias constituídas, a necessidade de prévia autorização para a contratação do **PROJETO** e outras disposições contratuais pertinentes à viabilização do **PROJETO**.
- 4.2.2.** A análise descrita no item 4.2.1, deverá considerar a adequação aos requisitos legais, em especial a legislação federal (por exemplo, Leis Federais nº 11.107/2005, nº 11.445/2007, entre outras aplicáveis), bem como ao preconizado no julgamento de ADIs relacionadas ao **PROJETO** e em outros precedentes judiciais que versem sobre a constitucionalidade da Lei nº 14.026/2020, e sobre o exercício da titularidade e prestação dos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO**.
- 4.2.3.** Com base na análise do item 4.2.1, caso identificada a necessidade de alterações nos documentos relativos aos vínculos jurídicos que lastreiam a prestação dos **SERVIÇOS** nos **MUNICÍPIOS**, caberá à **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** indicar as medidas a serem adotadas e elaborar as minutas respectivas, cabendo ao **ESTADO** a responsabilidade por conduzir as tratativas e obtenção das aprovações e alterações, inclusive legislativas, a serem implementadas.
- 4.2.4.** Na análise descrita no item 4.2.1, deverá ser observada a necessidade de adequação do **PROJETO** aos instrumentos jurídicos existentes, visando identificar sobreposições de escopos e obrigações e, eventualmente, a necessidade de liberação de garantias oferecidas contratualmente.
- 4.2.5.** Com base na análise do item 4.2.4 acima, caso identificada a necessidade de alterações nos instrumentos contratuais analisados ou procedimentos para liberação de garantias oferecidas contratualmente, caberá à **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** recomendar as medidas a serem adotadas, cabendo ao **ESTADO** a responsabilidade pelas tratativas, aprovações e alterações a serem implementadas.
- 4.2.6.** O relatório jurídico deverá identificar os principais atores públicos e privados pertinentes ao desenvolvimento, licitação e contratação do **PROJETO**, e a descrição de suas atribuições legais, inclusive a identificação de aprovações e validações que sejam condições para o prosseguimento e contratação do **PROJETO**.
- 4.2.7.** Deve ser realizado um levantamento e análise da jurisprudência dos tribunais superiores estaduais, assim como da jurisprudência e dos regulamentos do Tribunal de Contas da União e do TCE/RS, no que tange aos aspectos com qualquer relação ao **PROJETO** (diretrizes, prazos, vedações etc.), tanto relacionados ao tema de Concessões e PPPs, como

relacionados ao setor de saneamento.

- 4.2.8.** Deve ser realizada uma listagem e diagnóstico dos litígios existentes e potenciais, no âmbito administrativo ou judicial, que possam influenciar ou afetar o desenvolvimento do **PROJETO**, devendo a descrição conter o detalhamento do litígio.

4.3. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

- 4.3.1.** Deverá ser elaborada, para os **MUNICÍPIOS**, uma avaliação técnico-operacional e socioambiental, com emissão de relatório, compreendendo a análise e avaliação dos sistemas de infraestrutura existentes, relativas aos **SERVIÇOS**, contendo as seguintes atividades:

- 4.3.1.1.** caracterização da área territorial dos **MUNICÍPIOS** atendidos pelo **PROJETO**, bem como identificação dos sistemas de abastecimento de água – SAA e de esgotamento sanitário – SES que os atendem;

- 4.3.1.2.** coleta de informações cadastrais de sistemas existentes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo estações de tratamento de esgoto - ETE, estações elevatórias de esgoto, emissários e redes coletoras, linhas de recalque, interceptores, captação de água bruta, rede adutora, estações de tratamento de água - ETA, estações elevatórias de água, reservatórios, rede de distribuição, dentre outras infraestruturas que compuserem tais sistemas;

- 4.3.1.3.** descrição do status operacional das infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes, classificando-as em categorias em função da necessidade de investimentos, considerando informações cadastrais fornecidas pelo **ESTADO** ou pelos **MUNICÍPIOS** e levantamentos de campo das principais estruturas e com os gestores responsáveis;

- 4.3.1.4.** consolidação e análise das informações existentes sobre perdas físicas e comerciais (diagnósticos operacionais e contratos de prestação de serviço de aumento da eficiência operacional);

- 4.3.1.5.** levantamento dos investimentos planejados para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de cada município, inclusive obras e serviços de engenharia em geral, abrangendo todos os investimentos em execução, previstos, contratados e a contratar, bem como os respectivos cronogramas;

- 4.3.1.6.** a partir de informações disponibilizadas pelo **ESTADO** ou pelos **MUNICÍPIOS**, avaliação da disponibilidade de recursos hídricos e das soluções e **PROJETOS** já concebidos pelo poder público para superação de eventual déficit hídrico, considerando a demanda atual e futura a ser atendida;

- 4.3.1.7. avaliação dos sistemas de esgotamento existentes e das condições de urbanização e adequação para a implantação de sistemas separadores absolutos, principalmente em logradouros e regiões com carência de pavimentação ou com pavimentação primária, considerando informações cadastrais fornecidas pelos **MUNICÍPIOS** e levantamentos de campo das principais infraestruturas;
- 4.3.1.8. análise da situação da regularidade ambiental dos sistemas relativos aos **SERVIÇOS**, mediante levantamento e identificação, por meio de visitas a campo, entrevistas com gestores e análise de documentação, considerando, dentre outros elementos:
- 4.3.1.8.1. os programas e as políticas socioambientais dos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** prestados nos **MUNICÍPIOS**;
- 4.3.1.8.2. o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais e de outorgas de recursos hídricos;
- 4.3.1.8.3. a gestão do tratamento e destinação de resíduos;
- 4.3.1.8.4. a identificação dos riscos e passivos socioambientais existentes e potenciais;
- 4.3.1.8.5. os pontos críticos e recomendações de ajustes, a estimativa de investimento em adequações necessárias; e
- 4.3.1.8.6. a indicação de adoção de mecanismos de mitigação dos riscos socioambientais que assegurem a sustentabilidade e a continuidade das operações;
- 4.3.1.9. identificação dos passivos socioambientais existentes que possam afetar o **PROJETO**, com base nos processos administrativos e judiciais em curso e que tenham por objeto matéria ambiental, tanto nas instalações quanto em áreas diretamente afetadas pelos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO**;
- 4.3.1.10. identificação e avaliação da conformidade, no que se refere aos **SERVIÇOS**:
- 4.3.1.10.1. dos processos de licenciamento em curso ou concluídos;
- 4.3.1.10.2. das licenças de operação em vigor para todas as instalações e da conformidade com as condicionantes nelas constantes;
- 4.3.1.10.3. das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e de suas respectivas vazões autorizadas para todos os sistemas; e
- 4.3.1.10.4. situação fundiária das infraestruturas instaladas;
- 4.3.1.11. identificação dos riscos e impactos ambientais, sociais e de governança de forma que os objetivos e princípios ambientais, sociais e de governança orientem a alcançar um desempenho socioambiental sólido, apontando o alinhamento com políticas nacionais e marcos internacionais; e

4.3.1.12. A avaliação técnico-operacional e socioambiental, utilizará como insumo, necessariamente, porém não exclusivamente, o preenchimento das Planilhas de Diagnóstico de Infraestrutura, Investimentos em Andamento e Painel de Regularidade Ambiental, inclusive com a realização de levantamentos de campo pela **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**, quando se mostrarem necessários.

4.3.1.12.1. Previamente à execução desta atividade, a **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá apresentar uma proposta de estrutura (informações a serem preenchidas, formato do arquivo etc.) para a Planilha de Diagnóstico de Infraestrutura, Investimentos em Andamento e Painel de Regularidade Ambiental, que será validada pelo **PMO** e pela **GESTORA DO FDIRS**.

4.3.2. Além do especificado nos itens acima, para elaboração da avaliação técnico-operacional e socioambiental a **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá considerar informações de domínio público, levantadas pela própria **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**, e outras informações, bancos de dados e insumos disponibilizados pelo **ESTADO** e/ou pelos **MUNICÍPIOS**.

4.4. RELATÓRIO CONCEITUAL DE ENGENHARIA

4.4.1. O **RELATÓRIO DE PROJETO CONCEITUAL DE ENGENHARIA** deverá ser desenvolvido considerando as especificidades de cada **BLOCO**, conforme cenários apresentados no Produto 1 – Relatório de Avaliação Inicial para Regionalização.

4.4.2. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá utilizar dados obtidos de fontes oficiais e realizar levantamentos de campo para a elaboração do **PROJETO**.

4.4.3. O **PRODUTO** deverá apresentar soluções técnicas para o abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo diagramas, especificações técnicas e estimativas de custos.

4.4.4. O relatório de projeto conceitual de engenharia deverá ser elaborado para os **MUNICÍPIOS**.

4.4.5. Os dados a serem utilizados para a confecção do projeto conceitual de engenharia, deverão ser obtidos a partir de informações disponibilizadas pelo **ESTADO** e **MUNICÍPIOS**, acrescidas de levantamentos de campo necessários para obtenção de dados complementares e de premissas a serem definidas pela **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**.

4.4.6. O levantamento de campo deverá ser realizado nos **MUNICÍPIOS** com população superior a 5 mil habitantes, de acordo com projeção populacional mais recente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem prejuízo do **FDIRS** requisitar, caso necessário, a realização do levantamento de campo em **MUNICÍPIOS** específicos,

limitado a um adicional de até 5 (cinco) **MUNICÍPIOS**.

4.4.7. O **ESTADO** e/ou os **MUNICÍPIOS** deverão fornecer as informações mais recentes disponíveis, as quais deverão ser segregadas para cada município e, ainda, individualizadas para os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

4.4.8. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá apresentar as premissas metodológicas e operacionais, a serem adotadas na confecção do **PROJETO** conceitual de engenharia:

4.4.8.1. definição dos principais parâmetros para elaboração do projeto conceitual de engenharia relativo aos **SERVIÇOS**, tais como:

4.4.8.1.1. coeficientes relativos ao sistema de abastecimento de água: Dia Maior Consumo-K1 e Hora Maior Consumo-K2;

4.4.8.1.2. coeficientes relativos ao sistema de esgotamento sanitário: coeficiente de retorno de esgoto - K3 e taxa de infiltração

4.4.8.1.3. metodologia para estimativa de demanda;

4.4.8.1.4. metodologia de projeção dos custos de operação e manutenção, na visão de um custo eficiente de empresas comparáveis e considerando as especificidades locais, com a indicação dos valores que serão utilizados;

4.4.8.1.5. metodologia de projeção dos custos de desapropriação, considerando as especificidades locais;

4.4.8.1.6. metodologia de projeção do custo dos investimentos necessários para implantação, melhoria, recuperação e/ou reforma dos sistemas, com a indicação dos valores que serão utilizados;

4.4.8.1.7. metodologia para definição das ações de gerenciamento de perdas físicas e comerciais, em consonância com a qualidade do serviço requerido e benchmarks do setor; e

4.4.8.1.8. metas de universalização dos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO**, de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento e eventuais outros itens requisitados pela legislação e normas aplicáveis vigentes

4.4.9. O relatório de projeto conceitual de engenharia deverá ser suficientemente detalhado para viabilizar:

4.4.9.1. o atendimento aos requisitos legais necessários para o processo licitatório do **PROJETO**;

4.4.9.2. a descrição de uma solução de engenharia referencial para o **PROJETO**, inclusive com a utilização de croquis ou desenhos esquemáticos ou diagramas unifilares, elaborada para efeito de possibilitar a precificação dos

investimentos e custos operacionais envolvidos;

4.4.9.3. a valoração de todos os investimentos e custos operacionais, compatíveis com o mercado, necessários para viabilizar a implementação de sistemas e soluções de engenharia necessários para universalização dos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** e execução dos **SERVIÇOS OPERACIONAIS**, nos termos constantes nestas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, de modo a possibilitar a preparação do modelo econômico-financeiro, a avaliação de regionalização do **PROJETO** e outros documentos relativos a sua licitação; e

4.4.9.4. estimativa dos investimentos e custos operacionais para o **PROJETO**, considerando diferentes prazos para alcance de metas de universalização dos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** e de execução dos **SERVIÇOS OPERACIONAIS**, sendo necessariamente um dos cenários aquele encontrado no Plano Municipal de Saneamento Básico de cada município, caso existente.

4.4.10. O projeto conceitual de engenharia de cada **MUNICÍPIO** conterá o dimensionamento da oferta dos **SERVIÇOS** a serem prestados à população urbana e rural em todas as suas etapas, considerando a demanda a ser atendida. O relatório do projeto conceitual de engenharia deverá conter, no mínimo:

4.4.10.1. dimensionamento de demanda para água e esgoto por um período de 40 (quarenta) anos, discriminando-se cada um dos **MUNICÍPIOS**. Para dimensionamento desta demanda, deverão ser consideradas as variáveis que impactem, direta ou indiretamente, a projeção de demanda, tais como:

4.4.10.1.1. dados de ligações, economias e/ou habitantes;

4.4.10.1.2. parâmetros de projeção demográfica adotados pelo IBGE;

4.4.10.2. populações flutuantes e temporárias que sejam relevantes; e

4.4.10.3. consumo per capita;

4.4.10.4. detalhamento da(s) solução(ões) escolhida(s), considerando o sistema existente e sua integração com as soluções a serem propostas, bem como as características dos possíveis corpos receptores do efluente tratado, contendo os requisitos técnicos, operacionais e socioambientais mínimos para operação e exploração das principais instalações relativas aos **SERVIÇOS**, manutenção e conservação das infraestruturas envolvidas;

4.4.10.5. orçamento do custo dos investimentos necessários para implantação, melhoria, recuperação e/ou expansão dos sistemas, incluindo custos com desapropriação e relacionados a aspectos ambientais, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados (**CAPEX**);

4.4.10.6. orçamento dos custos de operação e manutenção dos serviços

prestados (**OPEX**) relativos aos **SERVIÇOS**, gestão do parque de hidrômetros, retirada de fraudes e irregularidades, regularidade ambiental e gestão das respectivas obras;

- 4.4.10.7. apresentação de valores agregados de **CAPEX** e **OPEX** por sistema e por etapas do processo de saneamento (considerando no mínimo produção de água, distribuição de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto, gestão, comercial e administrativo) no âmbito dos subitens desta cláusula, para implantação de instalações de abastecimento de água (considerando no mínimo as rubricas de adutoras, estações elevatórias, linhas de recalque, estações de tratamento de água, reservatório, redes de distribuição, ligações prediais, substituição de hidrômetros) e de coleta e tratamento de esgoto (considerando no mínimo as rubricas de estações elevatórias, linhas de recalque, estações de tratamento de esgoto e redes coletoras, ligações prediais e emissários);
- 4.4.10.8. apresentação, de maneira segregada, da(s) solução(ões) escolhida(s), de valores de **CAPEX** e **OPEX** para atendimento das zonas urbanas e rurais de cada **MUNICÍPIO**;
- 4.4.10.9. apresentação do cronograma físico-financeiro de execução dos investimentos considerados no projeto conceitual de engenharia;
- 4.4.10.10. as informações disponibilizadas pelo **ESTADO** e/ou **MUNICÍPIOS** sobre a classificação de corpos hídricos e condições dos mananciais em relação à qualidade da água para fins de dimensionamento e definição de tecnologias empregadas nas estações de tratamento de água e de esgoto;
- 4.4.10.11. a avaliação da necessidade de autorização para supressão de vegetação, autorização para intervenção em área de preservação permanente, emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos e outorga de lançamento de efluentes;
- 4.4.10.12. a definição das diretrizes mínimas, além da estimativa de cronograma para o processo de licenciamento ambiental dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e obtenção de outorga de lançamento de efluentes e de uso de recursos hídricos para o empreendimento a ser realizado pela futura concessionária, considerando o arcabouço normativo municipal, estadual e federal incidentes; e
- 4.4.10.13. definição do custo atinente às etapas prévias à realização dos investimentos, tais como: elaboração de estudos e projetos, licenciamento ambiental, autorização para supressão de vegetação, autorização para intervenção em área de preservação permanente e a obtenção de outorga de lançamento de efluentes.
- 4.4.10.14. descrição das diretrizes e orientações a serem observadas pelo **CONCESSIONÁRIO** na elaboração de um Programa de Gestão Socioambiental, em conformidade com os parâmetros apontados pela ISO 14001.

4.4.10.14.1. O Programa de Gestão Socioambiental deverá descrever as medidas e ações de mitigação e melhoria do desempenho que levem em conta os riscos e impactos socioambientais do **PROJETO**.

4.4.10.14.2. O Programa de Gestão Socioambiental deverá conter procedimentos para monitorar e medir a eficácia de suas medidas, bem como o cumprimento de quaisquer obrigações legais e/ou contratuais e requisitos reguladores.

4.4.11. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá elaborar um Plano de Transição, incluindo cronograma e apontamentos sobre os principais riscos de transição e ações que deverão ser implementadas pelo **ESTADO** e pela **CONCESSIONÁRIA** durante os primeiros meses de execução do **PROJETO**.

4.5. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

4.5.1. O relatório de avaliação econômico-financeira, com base no método do fluxo de caixa descontado da firma e do acionista, deve considerar nas suas projeções, entre outros, os seguintes elementos:

4.5.1.1. o atendimento da legislação em vigor;

4.5.1.2. a data-base da projeção, que será definida pelo **FDIRS**, de acordo as informações financeiras dos **MUNICÍPIOS**;

4.5.1.3. o horizonte de análise a ser considerado nas projeções condizente com o estabelecido pelo **FDIRS**;

4.5.1.4. as premissas macroeconômicas usualmente divulgadas por entidades públicas e privadas para projeções de PIB (Produto Interno Bruto) nacional e regional, onde houver, inflação, câmbio, taxa de juros, dentre outros;

4.5.1.5. as informações relativas aos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** contemplando custos e despesas de pessoal, materiais e insumos, serviços contratados ou terceirizados e quaisquer outros custos e despesas que possam gerar a operação e administração dos **MUNICÍPIOS**, além de informações sobre volume consumido em cada município;

4.5.1.6. as informações relativas aos **SERVIÇOS OPERACIONAIS** contemplando custos e despesas de pessoal, materiais e insumos, serviços contratados ou terceirizados e quaisquer outros custos e despesas que possam gerar a operação e administração dos **MUNICÍPIOS**;

4.5.1.7. as informações com base no relatório de avaliação técnico-operacional e socioambiental e demais relatórios elaborados ao longo dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**;

4.5.1.8. ajustes necessários em decorrência dos eventos ocorridos entre a data-

base final da Avaliação Técnico-Operacional e Socioambiental e a data-base das projeções econômico-financeiras;

- 4.5.1.9. os aspectos tributários, incluindo faseamento da reforma tributária, nos termos da EC 132/2023, LC 214/2025, PLP 108/2024 e demais instrumentos jurídicos necessários, deduções diversas, incluindo impostos, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, setoriais e financeiros, subvenções, benefícios fiscais, ressarcimentos, reembolsos e inadimplência;
- 4.5.1.10. a evolução projetada de outras eventuais receitas oriundas de atividades não relacionadas à prestação dos **SERVIÇOS**;
- 4.5.1.11. as necessidades de financiamento de capital de giro com base nas projeções do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Fluxo de Caixa, em atendimento à sustentabilidade econômico-financeira da operação dos **SERVIÇOS**, observadas as condições estabelecidas pelos órgãos reguladores;
- 4.5.1.12. Avaliação da financiabilidade do projeto, levando em consideração, mas não se limitando a: (i) a exigência de garantias para o financiamento do projeto; (ii) convenants; (iii) taxa de remuneração do financiamento (juros, remuneração dos bancos, etc); (iv) opções de linhas de crédito (debentures incentivadas, BNDES, multilaterais, etc); (v) comparação com outras emissões similares; e (vi) outros aspectos relevantes inerentes a financiabilidade de projetos de mesma natureza.
- 4.5.1.13. a determinação de taxa de desconto compatível com as características econômicas e regulatórias e os riscos do setor;
- 4.5.1.14. as estimativas de valores de outorga, tarifas, valor máximo da contraprestação pública pecuniária, aporte de recursos, etc. para cada **MODELO DE NEGÓCIOS** proposto;
- 4.5.1.15. análises de sensibilidade e de benchmarks;
- 4.5.1.16. discriminação de receitas e da tarifa média por **MUNICÍPIO** e tipologia de usuários (residencial, comercial, industrial, público e usuário elegível a cobrança de tarifa social – este último, quando aplicável);
- 4.5.1.17. as estimativas de valores de indenização de ativos por investimentos realizados pelos **MUNICÍPIOS** e outros entes, mas não amortizados pelas receitas emergentes da prestação dos serviços;
- 4.5.1.17.1. para as estimativas de valores de indenização de ativos, deverão ser observadas as melhores práticas aplicáveis aos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, considerando informações de domínio público, levantadas pela própria **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**, e outras informações, bancos de dados e insumos disponibilizados pelo **ESTADO** e/ou pelos **MUNICÍPIOS**.
- 4.5.2. Os modelos econômico-financeiros, a serem empregados na preparação do relatório de Avaliação Econômico-Financeira, serão disponibilizados em

planilha executável em Microsoft Excel® (formato de arquivo .xlsx) automatizadas e desbloqueadas, franqueando-se acesso irrestrito à integralidade das informações empregadas na elaboração da referida planilha, inclusive as fórmulas e memórias de cálculo nela inseridas.

- 4.5.3. A planilha base do modelo econômico-financeiro terá como input as informações do produto relativo à avaliação técnico-operacional e socioambiental, e projeto conceitual de engenharia.
- 4.5.4. Os modelos econômico-financeiros deverão permitir a elaboração das projeções do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Fluxo de Caixa individualmente para cada município, e também a agregação das projeções em conjuntos de **MUNICÍPIOS**.
- 4.5.5. Os modelos econômico-financeiros deverão assimilar todas as informações e variáveis necessárias para a sua avaliação pelo **FDIRS**, apresentando painel de controle com apresentação agregada (output) para as principais premissas utilizadas.
- 4.5.6. Para determinação do Custo de Capital Próprio deverá ser utilizado o modelo Capital Asset Price Model ("CAPM"), devendo ser adotada, como taxa de desconto, o Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC") cujas premissas devem ser definidas pela **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** em conjunto com o **PMO** e **GESTORA DO FDIRS** e estarem adequadas às condições de mercado observadas para empresas atuantes no setor de saneamento.
- 4.5.7. As premissas e metodologias empregadas, inclusive para o cálculo do WACC, deverão ser explicitadas e facilmente identificáveis, bem como devidamente justificadas e fundamentadas.
- 4.5.8. Os modelos econômico-financeiros deverão identificar as variáveis críticas e contemplar uma análise de sensibilidade em relação às principais premissas de simulação consideradas, bem como deverão ser construídos cenários distintos, conforme solicitação do **FDIRS** e do **ESTADO**.
- 4.5.9. Após a decisão sobre o modelo de negócios pelo **ESTADO**, o relatório econômico-financeiro deverá ser atualizado para refletir o modelo adotado.
- 4.5.10. Se o **MODELO DE NEGÓCIOS** escolhido para o **PROJETO** for de uma **PPP**, deverá ser elaborado uma análise Value for Money, demonstrando assim a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante razões que justifiquem a opção de **PPP**, incluindo:
- 4.5.11. Atendimento às exigências do art. 10, incisos I, II, IV e V da Lei nº 11.079/2004.
- 4.5.12. Análise que o incremento de despesas públicas não ultrapassará os limites do art. 28 da mesma lei.
- 4.5.13. Disponibilização de planilha de Value for Money em formato .xlsx,

contendo análises e resultados obtidos.

4.5.14. Relatório detalhado com metodologia, fontes de informações, benchmarks identificados, premissas utilizadas, aspectos quantitativos e qualitativos considerados.

4.5.15. Deverá ser elaborado Plano de Negócios Referencial que consolide informações atualizadas dos resultados do **PROJETO** conceitual de engenharia e da avaliação econômico-financeira, detalhando o modelo de negócios.

4.5.16. O Plano de Negócios Referencial deve conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do **PROJETO** e das premissas assumidas para sua elaboração, devendo ser considerados, entre outros, os seguintes elementos:

4.5.16.1. Caracterização territorial, **MUNICÍPIOS** atendidos e escopo do **PROJETO**;

4.5.16.2. Projeções e premissas utilizadas para determinação de investimentos, receitas, custos operacionais, despesas, impostos e financiamento; e

4.5.16.3. Relatórios financeiros, dentre eles o demonstrativo de resultados, balanço patrimonial e fluxo de caixa.

4.5.17. A critério do **FDIRS** poderá ser solicitado a atualização dos dados do **PROJETO** conceitual de engenharia e do econômico-financeiro para a elaboração do **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL**.

4.6. RELATÓRIO DE INSUMOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BASICO (PRSB)

4.6.1. Deverá ser elaborado levantamento dos **MUNICÍPIOS** que possuem Planos Municipais de Saneamento Básico (PRSB) e dos que não possuem. Para os **MUNICÍPIOS** que possuem Plano Municipal de Saneamento aprovado, o relatório de insumos para elaboração de planos regionais de saneamento básico (PRSB) deverá trazer uma cópia e análise dos referidos planos.

4.6.2. Deverão ser apresentados todos os insumos relativos aos **SERVIÇOS DE SANEAMENTO** necessários para a elaboração do(s) Plano(s) Regional(is) de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, considerando o arranjo territorial definido para os **MUNICÍPIOS**, alinhado com as metas definidas pelo **PROJETO**, de acordo com o estabelecido no artigo 19 da Lei 11.445 de 2007. A INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA também deve elaborar as minutas jurídicos e demais documentos necessários à implementação do(s) Plano(s) Regional(is).

4.6.3. Poderá ser demandado da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** a

desagregação das informações e insumos mencionados no item 4.6.2 para a formatação de planos municipais individualizados de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

4.7. MINUTAS DE EDITAL, CONTRATO E ANEXOS

4.7.1. A INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA deverá elaborar as minutas dos documentos necessários à licitação e posterior contratação do **PROJETO**.

4.7.2. As minutas de edital de licitação e contrato (e seus respectivos anexos) deverão abordar, entre outros elementos, os seguintes pontos:

4.7.2.1. Modalidade e tipo de licitação;

4.7.2.2. Exigência e valor de garantia de proposta;

4.7.2.3. Critérios e quantitativos para a qualificação econômico-financeira, fiscal, trabalhista e jurídica;

4.7.2.4. Critérios e quantitativos para a qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, com base nas parcelas relevantes do objeto;

4.7.2.5. Critérios de desempate entre propostas;

4.7.2.6. Forma de apresentação e avaliação das propostas;

4.7.2.7. Valor do contrato;

4.7.2.8. Bens reversíveis e vinculados à **CONCESSÃO**;

4.7.2.9. Forma e critérios de remuneração;

4.7.2.10. Receitas acessórias e alternativas;

4.7.2.11. Principais obrigações e responsabilidades das partes;

4.7.2.12. Estudo contendo descrição exaustiva de todos os elementos que compõem a matriz de repartição de riscos do empreendimento, fundamentando a alocação de cada risco mapeado para cada uma das partes envolvidas no contrato a ser firmado;

4.7.2.13. Fórmulas e critérios de reajuste e revisão ordinária e extraordinária;

4.7.2.14. Fórmulas e critérios de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

4.7.2.15. Exigência e valor de garantia de execução do contrato;

4.7.2.16. Seguros relativamente ao objeto e valores segurados;

- 4.7.2.17.** Formas de extinção do contrato e critérios que definam o montante indenizatório, inclusive dos bens reversíveis, nas hipóteses de sua extinção antecipada do **CONTRATO DE CONCESSÃO**;
- 4.7.2.18.** Fórmulas e critérios para pagamento de indenizações devidas em razão da extinção do contrato;
- 4.7.2.19.** Especificações técnicas do projeto de engenharia e plano operacional referencial;
- 4.7.2.20.** Especificações socioambientais referenciais;
- 4.7.2.21.** O Caderno de Encargos, que deverá descrever as obrigações e as atividades operacionais a serem desempenhadas pelo **CONCESSIONÁRIO**, bem como a eventuais obrigações para com a atualização dos ativos ao longo da **CONCESSÃO**, considerando os ativos atualmente existentes e os que vierem a ser implementados ao longo da **CONCESSÃO**;
- 4.7.2.22.** Definição de tipologia, gravidade e periodicidade de aferição de infrações e dosimetria de sanções;
- 4.7.2.23.** Formas alternativas de resolução de conflitos; e
- 4.7.2.24.** Parâmetros de responsabilidade ambiental, social e governança corporativa.
- 4.7.3.** A matriz de riscos deverá qualificar os riscos transferidos a pessoa(s) jurídica(s) de direito privado: (i) identificação, caracterização, impactos e mitigação dos riscos relacionados com a gestão, operação e manutenção dos equipamentos objeto do estudo; (ii) identificação, detalhamento e sugestão de compartilhamento dos principais riscos associados ao **PROJETO**; (iii) análise das implicações jurídicas associadas à repartição de riscos contemplada na matriz elaborada, por meio da identificação do mecanismo contratual do qual a referida alocação poderia ser efetivada;
- 4.7.4.** A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá propor os requisitos para seleção do verificador independente, e minutas de instrumentos contratuais a serem posteriormente celebrados.
- 4.7.5.** Deverá ser desenvolvido um Sistema de Mensuração de Desempenho (SMD), representado por um conjunto de medidores utilizados para a mensuração da disponibilidade e do desempenho operacional do futuro **CONCESSIONÁRIO**.

4.7.5.1. Os indicadores a serem elaborados deverão ser detalhados e expressos de forma quantitativa, objetiva e inequívoca, sendo apresentada sua metodologia de cálculo de forma detalhada e os critérios associados à sua aferição, definidos de forma precisa.

4.7.5.2. Para cada indicador, deverão ser apresentados os seguintes atributos, acompanhados de base de referência (linha de base): unidade de medida, descrição, objetivo, métrica, periodicidade, limite e responsável pela aferição/fonte.

4.8. RELATÓRIO DE JUSTIFICATIVAS SOBRE AS MINUTAS DO EDITAL, CONTRATO E ANEXOS

4.8.1. A INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA, deverá elaborar e apresentar o Relatório de Justificativas sobre as Minutas de Edital e Contrato de Concessão, explicitando as fundamentações para as escolhas realizadas em relação aos principais elementos contidos nas minutas, abordando, entre outros temas de maior relevo, os seguintes:

4.8.1.1. modalidade e tipo de licitação;

4.8.1.2. garantia de proposta, abordando a base legal de exigência, limites legais e justificativas técnicas para a definição do valor;

4.8.1.3. critérios e quantitativos para a qualificação econômico-financeira;

4.8.1.4. critérios e quantitativos para a qualificação técnico-operacional e técnico-profissional;

4.8.1.5. valor do contrato;

4.8.1.6. observância das metas legais para a prestação dos **SERVIÇOS**, nos termos da Lei 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

4.8.1.7. critérios e metodologias para a definição dos bens vinculados e reversíveis;

4.8.1.8. forma e critérios de remuneração do concessionário;

4.8.1.9. receitas alternativas, complementares e acessórias;

4.8.1.10. principais obrigações e responsabilidades das partes;

4.8.1.11. descrição da matriz de repartição de riscos do **PROJETO**;

4.8.1.12. critérios e periodicidade dos procedimentos de reajuste e revisão;

4.8.1.13. critérios de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

- 4.8.1.14. garantia de execução do contrato de concessão, considerando as bases legais da possibilidade de exigência, limites legais e justificativas técnicas para a definição do valor;
- 4.8.1.15. seguros obrigatórios, relativamente ao objeto e valores segurados, incorporando nas justificativas a realização de benchmarking com outros contratos de concessão, no setor de saneamento e em outros setores econômicos;
- 4.8.1.16. formas de extinção do contrato e forma de cálculo dos valores de indenização devidos em cada cenário de extinção;
- 4.8.1.17. metodologia e procedimentos aplicáveis para a aferição dos investimentos não amortizados realizados pela concessionária, para fins de composição do valor de indenização em caso de extinção antecipada do Contrato de Concessão;
- 4.8.1.18. formas alternativas de resolução de conflitos e fundamentação jurídica;
- 4.8.1.19. possibilidade de segregação dos valores eventualmente obtidos a título de outorga (fixa e/ou variável) para utilização, dentro da estrutura contratual, como funding para a realização de certas tipologias de investimentos não vinculados à prestação dos **SERVIÇOS** (ex. drenagem urbana, soluções de saneamento em áreas não contempladas na área da concessão do **PROJETO** etc.).

4.9. CONSULTA PÚBLICA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 4.9.1. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** atuará junto aos **STAKEHOLDERS** e ao público em geral, prestando ao **FDIRS** suporte para a realização de audiências públicas exigidas no processo de concessão do **PROJETO**.
- 4.9.2. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá acompanhar e auxiliar a equipe indicada pelo **FDIRS** nas consultas e audiências públicas do **PROJETO**.
- 4.9.3. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá elaborar Relatório de Eventos de Consulta e Audiência Pública contendo: detalhes da realização, lista de participantes, transcrição da audiência pública, apresentações realizadas, resumo promocional do **PROJETO** (“teaser”) em inglês e português, descrição das principais informações e contribuições colhidas durante os eventos, bem como relação de perguntas formuladas e propostas de respostas, tanto no âmbito da consulta pública, quanto da audiência pública, além da identificação de eventuais atualizações ou alterações que poderão ser realizadas no **PROJETO** e em seus anexos e documentos para a LICITAÇÃO.
- 4.9.4. Os Relatórios de Eventos de Consulta e de Audiência Pública deverão ser entregues após a finalização da realização dos respectivos eventos.

4.10. DIVULGAÇÃO DO PROJETO E ROADSHOWS

4.10.1. A **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá promover e participar de reuniões técnicas com potenciais **INVESTIDORES** e realizar apresentações a associações de **INVESTIDORES** no mercado, inclusive **ROADSHOWS**, com o objetivo de prestar informações adicionais àquelas contidas nos editais, incluindo preparação de questionários a serem respondidos por estes **INVESTIDORES**, assegurando igualdade de tratamento a todos os interessados.

4.10.2. A promoção da venda a potenciais investidores será dividida em dois serviços eventuais, a serem demandados pelo **FDIRS**, que poderão ser realizados em ambiente presencial, virtual ou híbrido, voltados para potenciais **INVESTIDORES**.

4.10.3. Após a realização dos **ROADSHOWS**, a **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** deverá entregar os **PRODUTOS** Relatório de Promoção de Venda a Potenciais Investidores, com a descrição das principais informações e contribuições colhidas durante os eventos, lista dos participantes, bem como relação de perguntas formuladas pelos potenciais **INVESTIDORES** e respostas fornecidas e a identificação de eventuais atualizações ou alterações que poderão ser realizadas no **PROJETO** e em seus anexos e documentos para a **LICITAÇÃO**.

4.10.4. Para o caso de realização de reuniões presenciais, os **ROADSHOWS** podem ocorrer no Estado onde está localizado o projeto ou em São Paulo/SP, conforme a melhor estratégia de divulgação, em condições compatíveis com as características, relevância e complexidade do processo de concessão, sendo de responsabilidade da **INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA** a elaboração e disponibilização de apresentações institucionais.

5. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

5.1. ASSESSORIA JURÍDICA

5.1.1. Os **SERVIÇOS TÉCNICOS** de assessoria jurídica compreendem o conjunto completo de providências relativas à preparação, revisão e atualização das minutas do edital e contrato decorrentes do processo de concessão, seus respectivos anexos, e demais documentos decorrentes desses, abrangendo a elaboração de opinativos, pareceres, relatórios técnicos, minutas diversas e a execução de outras atividades de cunho jurídico que se façam necessárias para a licitação e contratação do **PROJETO**, incluindo-se no escopo destes **SERVIÇOS TÉCNICOS**:

5.1.1.1. Elaboração de minutas de instrumentos legais e regulamentos administrativos, como projetos de lei, decretos e outros atos normativos, administrativos ou contratuais, que se revelem necessários para viabilizar o(s) **LEILÃO(ÕES)**;

5.1.1.2. Elaboração de opinativos jurídicos, pareceres, relatórios técnicos, recomendações em instrumentos contratuais, convênios e outros temas jurídicos relacionados ao desenvolvimento do **PROJETO** que venham a ser solicitados, descrevendo os riscos identificados a partir da análise da legislação e jurisprudência pertinentes e propondo os endereçamentos, interpretações, respostas e alterações legislativas cabíveis que permitam o sucesso do(s) **LEILÃO(ÕES)**;

5.1.1.3. Identificação e levantamento de informações e de eventuais atualizações referentes ao marco legal, elaboração de relatórios técnicos e recomendações relativos ao licenciamento ambiental, regularização fundiária e outros aspectos socioambientais da **CONCESSÃO**;

5.1.1.4. Assessoria ao **FDIRS** ou a terceiros contratados na elaboração e desenvolvimento dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, prestando informações e elaborando pareceres, recomendações e outros insumos jurídicos necessários para a conclusão dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**;

5.1.1.5. Assessoria na preparação de documentação, inclusive no âmbito de eventuais diligências necessárias nos **TRIBUNAIS DE CONTAS** competentes e outras entidades que exerçam atribuições regulatórias, fiscalizatórias, aprobatórias e legislativas;

5.1.1.6. Mapeamento e suporte ao **FDIRS** para a identificação, análise, revisão, defesa ou recomendação de atos necessários ao(s) **LEILÃO(ÕES)**, bem como identificação de quaisquer outras aprovações, licenças e autorizações aplicáveis ao **PROJETO**;

- 5.1.1.7. Apoio ao **FDIRS** na análise de questionamentos e elaboração de respostas às contribuições recebidas em audiências e consultas públicas relacionadas ao(s) **LEILÃO(ÕES)**;
- 5.1.1.8. Suporte jurídico no acompanhamento e auxílio à equipe do **FDIRS** para o planejamento e a condução das audiências e consultas públicas e **ROADSHOWS** relacionados à licitação do **PROJETO**;
- 5.1.1.9. Apoio ao **FDIRS** na prestação de informações e esclarecimentos pertinentes a potenciais **INVESTIDORES**, assegurando igualdade de tratamento a todos os interessados;
- 5.1.1.10. Apoio ao **FDIRS** na elaboração de minutas de respostas a questionamentos em sede administrativa, impugnações ao edital da **CONCESSÃO** e seus anexos, recursos administrativos e ações judiciais;
- 5.1.1.11. Suporte junto ao **FDIRS**, **ENTE DEMANDANTE** e **ESTADO** para qualquer medida necessária à implantação dos modelos de garantias selecionados, cuja constituição ocorra previamente ao(s) **LEILÃO(ÕES)**;
- 5.1.1.12. Suporte ao **FDIRS** na análise da documentação apresentada pelos licitantes no âmbito dos editais da **CONCESSÃO**, como garantias de proposta, documentos de habilitação e demais documentos necessários para assinatura do(s) **CONTRATO(S) DE CONCESSÃO**;
- 5.1.1.13. Suporte ao **FDIRS** durante o procedimento do(s) **LEILÃO(ÕES)**, por meio da resposta a questionamentos e impugnações apresentados;
- 5.1.1.14. Suporte na preparação e participação em apresentações para as reuniões periódicas de acompanhamento do **PROJETO** com o **FDIRS**, **ENTE DEMANDANTE**, **ESTADO** ou outros entes públicos;
- 5.1.1.15. Suporte em prol da proposição, tramitação e aprovação de medidas legislativas que se façam necessárias para o sucesso do(s) **LEILÃO(ÕES)**, bem como apoio ao **FDIRS**, **ENTE DEMANDANTE** e **ESTADO** na edição de quaisquer outros atos normativos necessários à efetivação da **CONCESSÃO**;
- 5.1.1.16. Mapeamento e suporte jurídico ao **FDIRS** para a identificação, análise, revisão, defesa ou recomendação de atos necessários ao(s) **LEILÃO(ÕES)**;
- 5.1.1.17. Identificação e mapeamento da legislação que rege o setor do **PROJETO**, inclusive normativos editados pelos entes que desempenham funções de regulação setorial e ambiental, identificando regras vigentes que representem riscos ou comprometam a viabilidade jurídica de aspectos

importantes do **PROJETO**;

- 5.1.1.18.** Identificação de quaisquer outras aprovações, licenças e autorizações aplicáveis ao **PROJETO**, além do auxílio na elaboração de quaisquer documentos jurídicos necessários para a obtenção dessas aprovações quando imprescindíveis à realização do processo licitatório do **PROJETO**;
- 5.1.1.19.** Manutenção de entendimentos com a B3, se for o caso, visando a assessorá-la na elaboração dos manuais de procedimentos para **INVESTIDORES** que participarem do(s) **LEILÃO(ÕES)**;
- 5.1.1.20.** Apresentação de minutas no prazo solicitado pelo **FDIRS**, o qual pode variar, a depender da necessidade do **FDIRS**; e
- 5.1.1.21.** Monitoramento das ações judiciais e processos administrativos críticos que possam impactar o(s) **LEILÃO(ÕES)**, devendo ser apresentado ao **FDIRS**, quando solicitado, em até 5 (cinco) dias úteis, a listagem atualizada dos processos com identificação da causa, partes envolvidas e outras informações relevantes atualizadas, em modelo de planilha a ser definido com o **FDIRS**, com a proposição de medidas a serem adotadas pelos órgãos envolvidos.
- 5.1.1.22.** Todas as análises jurídicas compreendidas nos itens anteriores deverão considerar a legislação vigente, inclusive a atualização do marco regulatório do setor de saneamento básico e a legislação subnacional, mas, a critério do **FDIRS**, poderão ser demandadas análises a respeito das alterações legislativas em tramitação referentes à atualização da legislação sobre o setor de saneamento básico (incluindo das normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento – ANA, concessões de serviços públicos e de licitações e contratações públicas.

5.1.2. Não é atribuída à Assessoria Jurídica:

5.1.2.1. A responsabilidade de obtenção de licença ambiental prévia ou qualquer autorização similar para o futuro **CONCESSIONÁRIO**;

5.1.2.2. O patrocínio formal de defesas em ações judiciais perante o juízo ou corte administrativa competente, embora haja a obrigação de auxiliar na resposta a ações judiciais e representações.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Mês/ Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Modelagem do projeto															
Validação externa															
Licitação															
Assinatura do contrato															

* O Cronograma de atividades se inicia após a efetivação da contratação das **CONSULTORIAS CONTRATADAS** e **PMO**, após a assinatura deste contrato. O cronograma considera o período necessário para a aprovação dos produtos em todas as instâncias.

- 6.1.** Os produtos Avaliação para Regionalização e Diagnóstico Jurídico, incluindo minutas do Projeto de Lei para Regionalização dos **MUNICÍPIOS**, devem ser entregues, no máximo, até 15/10/2025 pelas **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**. A revisão destes produtos pelo **PMO** e **GESTORA DO FDIRS**, incluindo entrega da versão final pelas **INSTITUIÇÕES ESTRUTURADORAS**, deve ocorrer até 30/10/2025.

7. ANEXOS

Anexo 1 –Tabela de Produtos

Anexo 2 – Lista de Municípios Contemplados para o Projeto

7.1. ANEXO 1 - TABELA DE PRODUTOS

Produtos	
1	Plano de Trabalho (subsídios para o PMO)
2	Relatório de Avaliação Inicial para Regionalização
3	Relatório de Diagnóstico Jurídico
4	Relatório de Avaliação Técnico Operacional e Socioambiental
5	Relatório Conceitual de Engenharia
6	Relatório de Avaliação Econômico-Financeira e Plano de Negócios Referencial
7	Relatório de Insumos para Elaboração de PRSBs
8	Minutas de Edital, Contrato e Anexos
9	Relatório de Justificativas sobre as Minutas de Edital, Contrato e Anexos
10	Consulta Pública e Audiência Pública
11	Divulgação do Projeto e Roadshows

7.2. ANEXO 2 - LISTA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS PARA PROJETO

#	Município
1	Alegria
2	Almirante Tamandaré do Sul
3	Alto Feliz
4	André da Rocha
5	Anta Gorda
6	Arroio do Padre
7	Augusto Pestana
8	Bagé
9	Barra do Rio Azul
10	Barra Funda

11	Benjamin Constant do Sul
12	Boa Vista das Missões
13	Boa Vista do Cadeado
14	Boa Vista do Incra
15	Boa Vista do Sul
16	Bom Princípio
17	Bozano
18	Brochier
19	Camargo
20	Candiota
21	Canudos do Vale
22	Capão Bonito do Sul
23	Capão do Cipó
24	Capitão
25	Caraá
26	Carlos Gomes
27	Caxias do Sul
28	Centenário
29	Cerro Branco
30	Cerro Grande
31	Charrua
32	Colinas
33	Coqueiro Baixo
34	Coqueiros do Sul
35	Coronel Barros
36	Coronel Pilar
37	Coxilha
38	Cristal do Sul
39	Cruzaltense
40	Dezesseis de Novembro
41	Dois Irmãos das Missões
42	Dois Lajeados
43	Dom Pedro de Alcântara
44	Doutor Ricardo
45	Engenho Velho
46	Ernestina
47	Esperança do Sul
48	Estrela Velha
49	Eugênio de Castro
50	Fazenda Vilanova
51	Florianópolis
52	Forquethina
53	Garruchos
54	Gentil
55	Gramado dos Loureiros
56	Gramado Xavier
57	Guabiju
58	Harmonia

59	Herveiras
60	Hulha Negra
61	Ibarama
62	Ibirapuitã
63	Imigrante
64	Ipiranga do Sul
65	Itacurubi
66	Itati
67	Ivoti
68	Jacuizinho
69	Jari
70	Jóia
71	Lagoa dos Três Cantos
72	Lajeado do Bugre
73	Lindolfo Collor
74	Linha Nova
75	Mampituba
76	Maquiné
77	Maratá
78	Mato Castelhano
79	Mato Leitão
80	Mato Queimado
81	Montauri
82	Monte Alegre dos Campos
83	Monte Belo do Sul
84	Mormaço
85	Morrinhos do Sul
86	Muçum
87	Muliterno
88	Nicolau Vergueiro
89	Nova Alvorada
90	Nova Boa Vista
91	Nova Candelária
92	Nova Pádua
93	Nova Ramada
94	Novo Barreiro
95	Novo Cabrais
96	Novo Hamburgo
97	Novo Machado
98	Novo Tiradentes
99	Novo Xingu
100	Paraíso do Sul
101	Pareci Novo
102	Passo do Sobrado
103	Paulo Bento
104	Pelotas
105	Picada Café
106	Pinhal

107	Pinhal da Serra
108	Pinhal Grande
109	Pirapó
110	Poço das Antas
111	Pontão
112	Ponte Preta
113	Porto Mauá
114	Porto Vera Cruz
115	Pouso Novo
116	Presidente Lucena
117	Progresso
118	Protásio Alves
119	Quatro Irmãos
120	Quevedos
121	Quinze de Novembro
122	Relvado
123	Rolador
124	Roque Gonzales
125	Sagrada Família
126	Saldanha Marinho
127	Salvador das Missões
128	Santa Cecília do Sul
129	Santa Clara do Sul
130	Santa Tereza
131	Sant'ana do Livramento
132	Santo Antônio do Palma
133	Santo Antônio do Planalto
134	São Domingos do Sul
135	São João do Polêsine
136	São José das Missões
137	São José do Hortêncio
138	São José do Sul
139	São Leopoldo
140	São Martinho da Serra
141	São Paulo das Missões
142	São Pedro das Missões
143	São Pedro do Butiá
144	São Valentim do Sul
145	São Valério do Sul
146	São Vendelino
147	Segredo
148	Senador Salgado Filho
149	Sério
150	Sete de Setembro
151	Sinimbu
152	Tabaí
153	Teutônia
154	Tio Hugo

155	Toropi
156	Travesseiro
157	Três Arroios
158	Três Forquilhas
159	Três Palmeiras
160	Tunas
161	Tupanci do Sul
162	Tupandi
163	Turuçu
164	Ubiretama
165	União da Serra
166	Vale do Sol
167	Vale Real
168	Vale Verde
169	Vanini
170	Vera Cruz
171	Vespasiano Corrêa
172	Vila Lângaro
173	Vila Maria
174	Vista Alegre do Prata
175	Vitória das Missões
176	Westfália